

Crítica
11/4/99 Pg 13
461

'Tiroteio' entre deputados

AC

O estatuto do índio provocou uma troca de tiros entre os deputados Antônio Feijão (PSDB-AP) e Luciano Pizzatto (PFL-PR), relator da proposta que está parada na Câmara desde 1993. O Estado Maior das Forças Armadas está impedindo a votação do estatuto porque o relator rejeitou 86 emendas. "Tanto o projeto que está tramitando no Congresso quanto a nova versão que o governo federal está elaborando são ruins", dispara o tucano.

Pizzatto responde que o deputado está mal informado e sequer conhece o relatório. "Os pedidos da Forças Armadas são apenas três e se referem basicamente a acesso livre às áreas indígenas, por questões de segurança nacional. O que me parece óbvio", retruca o relator. Ele explica que o Estatuto das Sociedades Indígenas não foi encaminhado ao Senado porque o então ministro Nelson Jobim discordava de alguns pontos.

O relatório de Pizzatto foi aprovado por unanimidade na comissão e seria encaminhado ao Senado. Mas o líder do governo na época, o então deputado Arthur da Távola, apresentou um recurso para que o projeto fosse votado pelo plenário. Esse recurso não foi votado. Segundo o relator, haveria necessidade de negociar 20% do estatuto. Essa negociação seria mais fácil no Senado, porque envolve um número menor de parlamentares.

Às vésperas dos 500 anos do Brasil e pressionado por deputados que defendem os índios, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), ensaia uma retomada da votação do projeto. A votação do recurso após 20 sessões despertou a atenção dos críticos do estatuto. Segundo Antônio Feijão, as regras propostas criam um Estado dentro do Estado. "Os índios poderão apreender um caminhão que trafegar dentro da reserva e prender o motorista", exemplifica.

MONOPÓLIO

O processo de demarcação continua monopolizado pelos antropólogos e indígenas. Feijão propõe que as demarcações sejam autorizadas por decreto legislativo do Congresso Nacional. O estatuto ainda mantém o indígena com a sua pior característica acrescenta: a inimputabilidade (o índio não pode ser responsabilizado por seus crimes). Pizzatto diz que não é bem assim. Eles serão tratados de formas diferente de acordo com o grau de cultura em relação à regra dos brancos. "Um índio que se elege prefeito de um município, por exemplo, poderá ser processado por corrupção. Outro que vive numa aldeia onde a bigamia é permitida não poderá ser processado por ter mais de uma mulher".

Pizzatto reconhece, no entanto, que um estudo do governo prevê mudança em 80 pontos do estatuto.



CRÍTICAS Feijão e projeto ruim

to. O relator explica que 60% se referem a basicamente problemas de redação do texto. Para o restante será necessário muita negociação do governo, ambientalistas e representantes de agricultores, madeireiros e mineradoras, que estão de olho nas riquezas das reservas. Feijão defende que o projeto seja votado rapidamente para evitar uma clima emocional às vésperas das comemorações de 500 anos do Brasil, em 21 de abril do próximo ano.